SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

ATO: TERMO DE DISTRATO

- Término de Vínculo: 19/04/2023

Motivo: DISTRATO A PEDIDO

Servidor Temporário: ALESSANDRA EVANGELISTA TAVARES

Matrícula: 55586743/4 – Técnico em Gestão Pública – Ciências Contábeis

ORDENADOR: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 920873

PORTARIA Nº 114/2023 – GAB/SEAP/PA

Belém/PA, 29 de março de 2023.

Dispõe sobre a uniformização os procedimentos e cadastros de visitas no âmbito das Unidades Penitenciárias administradas por esta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará – SEAP e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições, que lhe conferem o inciso II do artigo 138 da Constituição do Estado do Pará, bem como pela Lei nº 8.937, de 02 de dezembro de 2019 e,

CONSIDERANDO que as visitas têm a finalidade de preservar e estreitar as relações das pessoas privadas de liberdade com a sociedade e a família, observando as indispensáveis normas de segurança para os internos, seus visitantes e servidores que trabalham nos órgãos de execução prisional;
R E S O L V E:

Art.1º. Estabelecer o procedimento para cadastro e visita às pessoas privadas de liberdade no âmbito das Unidades Penitenciárias do Estado do Pará.

Art.2º. O procedimento de cadastro e visitas às pessoas privadas de liberdade é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará – SEAP/PA, através da Diretoria de Assistência Biopsicossocial – DAB, por meio da Coordenadoria de Assistência Social – CAS, na modalidade presencial, na Central de Cadastro na Região Metropolitana em Belém, na Central de Cadastro de Marabá, na Central de Cadastro de Santarém e nas demais regiões do interior, nas respectivas unidades prisionais.

DAS PESSOAS AUTORIZADAS PARA O CADASTRAMENTO

Art.3º. Poderão se cadastrar junto a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará – SEAP/PA, como visitantes, desde que comprovado o parentesco, as seguintes pessoas:

- I - Cônjuge ou companheiro (a), desde que comprovado vínculo afetivo;
- II - Ascendentes até o 2º (segundo) grau: pai, mãe, avô e avó;
- III - Descendentes até o 2º (segundo) grau: filhos (as), netos (as), irmãos (as);
- IV - Na ausência dos familiares indicados nos incisos anteriores, um (a) amigo (a).

DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Art.4º. Para efetivação do cadastro, os (as) visitantes deverão apresentar as seguintes documentações, em duas vias, original e cópia, para fins de conferência e autenticidade, conforme segue:

- I - Documento de Identificação Pessoal emitida por órgão público oficial, com foto (Cédula de Identidade, CNH ou Passaporte, Carteira de Trabalho Digital - CTPCS);
- II - Cadastro de Pessoa Física - CPF (obrigatório para maiores de 18 anos e facultativo para menores de 16 anos);
- III - Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável, Particular (com reconhecimento de firma em cartório) ou por Escritura Pública, conforme modelo disponibilizado no site desta Secretaria, nos termos da legislação vigente para cadastro de esposa (o) e/ou companheira (a);
- IV - Comprovante de Residência (conta de luz, água ou telefone), em nome do visitante a ser cadastrado ou de parente de até 1º (primeiro) grau e que possua data de emissão de até 03 (três) meses anteriores ao cadastro no Sistema INFOPEN. Certidão de Antecedentes Criminais expedida pelo Tribunal de Justiça e/ou pela Polícia Civil dos Estados membros da República Federativa do Brasil;
- V - Certidão de Antecedentes Criminais expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado onde o visitante residiu nos últimos 5 (cinco) anos;
- VI - Certidão Criminal da Justiça Federal;
- VII - Carteira de vacinação atualizada (mínimo de duas doses) para a COVID – 19;
- VIII - Relatório Social, somente em caso de amigo (a), emitido por Assistente Social da unidade prisional onde o (a) preso (a) está custodiado (a), com informações sobre os vínculos existentes.

§1º. Na ausência do comprovante de endereço, a (o) visitante deverá declarar de próprio punho o seu endereço.

§2º. Caso não seja verídica a declaração de endereço, a (o) visitante estará sujeito a sanções administrativas, sem prejuízo de eventual responsabilização penal, conforme o caso concreto.

Art.5º. É garantido o cadastro de crianças e adolescentes, familiares do (a) custodiado (a), conforme art. 3º, sendo necessário apresentar os seguintes documentos:

- I - Todos os documentos exigidos no art. 4º, para Pai ou Mãe ou Representante Legal pela (s) criança (s) e adolescentes (s) solicitante do cadastro para visita;
- II - Certidão de Nascimento;
- III - Cédula de Identidade para adolescentes, a partir de 12 (doze) anos, se possuir;
- IV - Cadastro de Pessoa Física – CPF (facultativo para menores de 16 (dezesseis) anos);
- V - Carteira de vacinação atualizada para crianças até 06 (seis) anos;

VI - Comprovação de responsabilidade, com apresentação de Termo de Guarda ou Tutela.

Art. 6º. Só será permitida a entrada de crianças a partir dos 06 (seis) meses de idade.

Parágrafo Único: O cadastro biométrico será obrigatório a todos (as) os (as) visitantes, a partir dos 12 (doze) anos.

DAS VISITAS

Art.7º. As visitas têm a finalidade de preservar e estreitar as relações da Pessoa Privada de Liberdade com a sociedade e com os familiares, sob a vigilância e com limitações, contribuindo para o processo de Reinserção Social de forma espontânea ao âmbito familiar e comunitário, objetivando desenvolver e aprimorar o senso de comunhão na esfera das Unidades Prisionais.

§ 1º. As informações constantes do referido cadastro devem ser sigilosas, cujo acesso ficará restrito aos servidores responsáveis pela operacionalização do Sistema de Visitas/INFOPEN.

Art.8º. As visitas sociais ocorrerão uma vez ao mês, em todas as Unidades Prisionais do Estado, conforme calendário a ser previamente estabelecido pela SEAP.

§ 1º. A visitação de crianças e de adolescentes ocorrerá uma vez por mês, sendo destinada a última sexta-feira de cada mês para sua realização, exceto no Centro de Recuperação Coronel Anastácio das Neves – CRCAN que ocorrerá na última quinta-feira do mês, não cumulativa com as demais visitas, em espaço de circulação delimitado nas unidades prisionais;

§ 2º. Será permitida a entrada de até 2 (duas) crianças/adolescentes, devidamente cadastrados, por Pessoa Privada de Liberdade, no dia de visita destinado para o referido público;

§ 3º. Fica terminantemente proibida a visita de crianças e adolescentes que foram vítimas de violência (física, moral, sexual e psicológica), praticada pelo (a) preso (a);

§ 4º. As visitas sociais de familiares terão duração máxima de 1 (uma) hora em local adequado pela Direção da Unidade Prisional;

§ 5º. A autorização para entrada nas Unidades Prisionais fica condicionada a obediência à ordem e a disciplina, observando-se as disposições legais em vigor;

§ 6º. Durante a realização das visitas sociais é permitido gestos de afetos, como por exemplo, abraço e aperto de mãos, entre custodiados (as) e familiares no início e final de cada visita;

§ 7º. Na visita de crianças/adolescentes, será permitido gestos de afetos durante todo o período de visita.

Art. 9º. As visitas poderão ser suspensas em caráter excepcional ou emergencial, sob a análise imediata do Diretor da Unidade Prisional, devidamente fundamentada, e deverá ter anuência imediata do Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Pará, e na ausência deste, do Secretário Adjunto de Gestão Operacional ou do Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, respectivamente, com posterior comunicação ao juízo da execução penal competente, visando à preservação das condições sanitárias, de saúde coletiva dos (as) presos (as), da ordem e da disciplina, e especificamente da segurança no interior das Unidades Prisionais, sendo normalizadas assim que o problema tiver sido sanado.

Art. 10º. Os nomes dos (as) visitantes que constarão no Sistema de Visita/INFOPEN, deverão ser previamente aprovados pelo (a) custodiado (a).

Art. 11º. Será permitida a entrada de 01 (um) visitante cadastrado por preso em cada mês de visita, exceto na visita de criança.

Art. 12º. A chegada do (a) visitante, deverá ocorrer com antecedência mínima de 1 (uma) hora antes do horário de entrada para visita.

§1º. Em caso de atraso por parte do (a) visitante, a direção da unidade deverá analisar a situação;

§2º. É expressamente proibido o ingresso de visitantes nas celas dos blocos carcerários e nem será permitida a entrada de visitantes após o horário estabelecido para visita.

Art.13º. As visitantes grávidas não poderão entrar nas unidades prisionais a partir 24ª semana ou 6º (sexto) mês de gravidez.

Parágrafo Único. Será obrigatória a apresentação da carteira do pré-natal ou de outro documento que comprove o período gestacional, no momento da entrada da visitante grávida.

Art.14º. Para o ingresso nas dependências da unidade prisional destinadas à visita, o (a) visitante cadastrado e autorizado deverá ser submetido aos procedimentos de identificação e revista.

Parágrafo Único. Fica expressamente proibida a entrada de alimentos, bebidas e objetos pessoais para entrega aos (as) presos (as).

Art.15º. O visitante deverá se apresentar sóbrio no dia da visita, bem como observar os procedimentos rotineiros de segurança.

Art. 16º. Será garantida a preferência de ingresso na Unidade Prisional aos visitantes maiores de 60 (sessenta) anos, gestantes e as Pessoas Com Deficiência - PCD.

Parágrafo Único. Os que encontrarem-se em tratamento de saúde, caso estejam de permanecerem na fila de espera, será obrigatória a apresentação de laudo médico do especialista à Coordenadoria de Assistência Social (CAS) e/ou a Unidade Penitenciária, para que seja expedida observação no respectivo cadastro.

Art. 17º. As visitas em Caráter Excepcional, após análise da Assessoria de Segurança Institucional (ASI), só ocorrerão mediante autorização do Secretário de Estado de Administração Penitenciária, ou na ausência deste, do Secretário Adjunto de Gestão Operacionais (SAGO) ou do Secretário Adjunto de Gestão Administrativa (SAGA).

Art. 18º. Não será permitida a entrada de pessoas, independente do vínculo familiar existente, que apresentem as seguintes situações:

- I - Tenham tido ou possuam envolvimento judicial em processo conjunto com o (a) custodiado (a);
- II - Que cumprem pena de prisão domiciliar e/ou em monitoração eletrônica;
- III - Sejam vítimas de violência doméstica, cujo o autor seja o (a) custodiado (a) a ser visitado (a);
- IV - Que sejam denunciadas dos presos que cometeram crimes de natureza sexual.